

FAMÍLIA E TRABALHO NA CAFEICULTURA

Ana Maria da Silva Dias
Socióloga

RESUMO

A família do trabalhador durante o colonato caracterizou-se pela produção concomitante de mercadoria, ao vender objetivamente sua força de trabalho ao capital nas tarefas relativas ao cafezal, e pela produção de valor de uso, ao produzir os produtos essenciais à sua subsistência. Na base desta relação de trabalho esteve a abundância de terras e escassez de mão de obra. Contudo, no momento em que o capitalismo se desenvolveu no campo e o trabalhador foi expropriado da cultura de subsistência que realizava nas terras da fazenda, sua família perdeu em grande parte sua função de produtora de valor de uso, que se confinou ao âmbito doméstico, ou seja, ao trabalho não remunerado realizado pela mulher, essencial para a reprodução da força do trabalho para o capital.

SUMMARY

Labourer's family during "colonato" produced merchandises, when selling work force to the Capital, on coffee plantations, and also usevalues when producing subsistence crops. Land abundance and work force shortage partially explained this work relation. Development of capitalism changed work and family relations on the country. The labourer's family, being expropriated from the subsistence crops, lost some of her functions, as producer of usevalues now confined to domestic work done by the woman and vital to the reproduction of the work force.

Este artigo foi extraído da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em agosto de 1979, sob o título — "Fartura ou Carestia, ou da proletarização do colono de Café". — O objetivo da dissertação foi analisar as transformações que se operaram nas relações entre a força de trabalho e o capital na cafeicultura paulista, a partir da introdução do trabalho livre, como o colonato, até a proletarização completa do trabalhador, no presente. Contudo, dadas as limitações de espaço, a análise aqui publicada concentrou-se no estudo das estratégias de sobrevivência delimitadas pelas famílias dos trabalhadores, não sendo por-

tanto enfocadas as transformações sofridas pelo processo produtivo, que elucidaram aspectos importantes do estudo elaborado.

Foi tomado como caso empírico, o Município de Guaraniésia — localizado na encosta Ocidental da Serra da Mantiqueira, ao sul de Minas Gerais, fazendo divisa com São Paulo — onde a cafeicultura, apesar das sucessivas crises manteve-se como atividade principal na economia local até o presente. Foram entrevistados 72 trabalhadores rurais, além de alguns empresários entre setembro de 1975 e fevereiro de 1976. Na realização do trabalho contei com o auxílio financeiro da Fundação Ford e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

I. — TEMPO DE PLANTA, PALHADA E FARTURA

O suprimento regular de força de trabalho para a cafeicultura apoiou-se na família do trabalhador-colono, pois que na base da instituição do regime do colonato esteve a escassez de mão-de-obra para a exploração do trabalho agrícola nas fazendas de café. Por conseguinte, o desvendamento da submissão do trabalho ao capital nesta relação de produção inclui necessariamente a análise das relações sociais que se estabeleceram dentro do grupo familiar. Na medida em que a exploração do trabalho para a expansão da economia cafeeira se centralizou na família do colono, esta passou a existir concretamente como viveiro de mão-de-obra para o capital. Foi a figura do colono, enquanto chefe da família, que viabilizou a mobilização da força de trabalho contida na unidade familiar.

Dois problemas são centrais na análise que se pretende elaborar. Por um lado, há que verificar de que maneira a estratégia de sobrevivência da família do colono se compatibilizou com as necessidades de acumulação de capital, na medida em que foi, em última instância, determinada pelas condições da produção. Por outro lado, é necessário examinar de que modo os indivíduos que se inseriam no grupo familiar organizavam-se para fazer face à sua reprodução enquanto força de trabalho.

Durante o colonato, ou pelo menos no momento em que este se instaurou como relação de produção predominante na cafeicultura, em fins do século XIX, a acumulação de capital no Brasil esteve determinada por dois fatores essenciais: a abundância de terras e a escassez de capital. Em função disso, estabeleceu-se uma forma dupla de remuneração para que se efetivasse a reprodução da força de trabalho consumida na produção da mercadoria café, ela também mercadoria. De um lado, pagava-se um pequeno salário monetário, mas de outro, a abundância de terras permitiu que se instituisse um salário não-monetário: a permissão do acesso à terra. Transferiu-se então para a família do colono parte considerável do custo de sua sobrevivência, com a produção de bens (cultura de subsistência) que não se revestiam da forma de mercadoria, mas possuíam apenas valor de uso, enquanto diretamente consumidos por aqueles que os produziam. A produção para a subsistência apenas tomava a forma de mercadoria no momento em que, excedendo às necessidades de consumo do grupo doméstico, era comercializada. Nesse sentido, é importante verificar de que modo a estratégia de sobrevivência da família de colonos viabilizou a exploração da mais-valia, salientando inclusive as contradições que levaram à transformação desta relação de produção.

O desenvolvimento capitalista da agricultura implicou, no decorrer do tempo, na destruição da economia de subsistência. Na medida em que se efetivou a total ocupação do solo, a permissão do acesso à terra transformou-se em empecilho ao pleno desenvolvimento do capital na agricultura. Por outro lado, determinações históricas concretas criaram um excedente populacional no campo. Nesse momento o trabalhador foi expropriado de sua cultura de subsistência, estabelecendo-se então re-

lações de trabalho totalmente assalariadas não só com os empregados moradores na fazenda, mas também com aqueles que, embora residindo na cidade, trabalhassem na agricultura.

A família perdeu então o seu sentido fundamental anterior à proletarização do trabalhador, quando se constituía na unidade de força de trabalho para a produção capitalista do café e também para a produção de grande parte dos bens necessários à sua reprodução. Embora a proletarização do trabalhador tenha implicado na monetarização total do custo da reprodução da sua força de trabalho, as relações que se estabeleceram dentro da família continuaram subordinadas ao capital, pois que sua função continua essencial como produtora do trabalhador livre, que não existiria sem ela (Meillssoux, 1975, p.10).

Além disso, as famílias do colono, no passado, e do proletário, no presente, constituíram o exército de reserva que permitiu conciliar o processo produtivo agrícola com a intermitência na demanda de mão-de-obra. Desse modo, estudar as estratégias de sobrevivência delineadas pelas famílias dos trabalhadores pode ajudar a compreender não só como se organizam as relações de produção, mas também o processo de transformação pelo qual passaram.

I-1 — TRABALHO E FARTURA

No colonato combinavam-se e articulavam-se a produção de mercadorias e a produção de valores de uso. Excetuando-se a diária, que constituía parcela muito pequena do rendimento de uma família, a venda de força de trabalho realizava-se basicamente nas tarefas relativas ao cafezal: trato e colheita. Em ambos os casos a remuneração era estabelecida pela produção: no trato pelo número de pés de café sob os cuidados de uma família e na colheita, pela quantidade de café colhido. Ao lado do trabalho no cafezal, a subsistência do trabalhador era assegurada pelo cultivo de cereais tanto em terras intercalares do cafezal, quanto em outras terras cedidas com esse fim pelo fazendeiro.

Nesse sentido, há que estabelecer a viabilidade da produção concomitante de mercadoria e de valor de uso. Eram os diferentes ciclos de cada cultura — café e cereais — que permitiam que os mesmos indivíduos trabalhassem em ambas durante um ano agrícola. Embora a força de trabalho empregada na fazenda estivesse ocupada durante todo o ano agrícola, a lavoura de café e a lavoura de cereais exigiam maior quantidade de trabalho em épocas diferentes. Durante a seca (maio e agosto) não havia nenhuma tarefa a ser realizada na cultura de subsistência, estando, desse modo, a mão-de-obra inteiramente liberada para a colheita de café. Era no mês de outubro que, provavelmente, havia uma maior intensificação do trabalho, já que nessa época não só os cereais deveriam ser plantados, como também era necessário preparar o cafezal para o início do ano agrícola. Mas de qualquer modo, a capina e a colheita da cultura de subsistência eram concomitantes à carpa do cafezal. Durante os meses em que a produção agrícola exigia que se trabalhasse ao mesmo

tempo nos dois tipos de cultura, não haveria grande intensificação do trabalho quando a cultura de subsistência se realizasse nas terras intercalares do cafezal. Contudo, quando a terra cedida para a produção de cereais era fora do cafezal, ocorria uma intensificação real do trabalho.

Assim, embora houvesse a possibilidade da produção concomitante de mercadoria e de valor de uso, ocorria de fato uma intensificação do trabalho durante determinado período do ano, basicamente nos meses de outubro a março. Essa intensificação do trabalho, no entanto, colocava-se como necessária, na medida em que a produção da cultura de subsistência através da exploração do trabalho familiar, era responsável por cerca de 70% do custo de reprodução da família do colono (Holloway, 1922).

Uma vez que o colono produzia diretamente a maior parte dos produtos de sua cesta de consumo, ele podia contar com uma dieta suficientemente balanceada em proteínas, vitaminas e carbo-hidratos. A proteína animal provinha do leite das cabras e das vacas que podiam possuir, mas principalmente da carne e outros derivados dos galináceos e suínos, tratados com o milho que plantavam. O arroz, cultivado nas várzeas, e o feijão forneciam os carbo-hidratos. Contavam ainda com a mandioca, com a qual faziam farinha, e uma variedade de verduras e frutas plantadas nos arredores das casas. Assim, a cesta de consumo dos colonos caracterizava-se por uma relativa "fatura", o que está explícito de modo recorrente, no discurso desses trabalhadores.

"A vida antigamente era melhor, tinha-se mais fatura. Todo mundo plantava, todo mundo criava. Hoje só se vive daquilo que se ganha, não se pode criar nem galinha, não se tem milho" (assalariado residente, 37 anos).

"Antigamente a vida era melhor, porque tinha mais fatura. No entanto, no geral era pior: trabalhava demais, não tinha hora de serviço. Hoje são só oito horas e acabou". (marido, mulher assalariados, residentes, 23 e 30 anos).

"Antigamente era melhor, porque tinha mais fatura, tinha lugar de planta, agora os pobres estão só no salário, tanto na roça como na cidade. Não tem mais lugar de planta". (marido e mulher assalariados, residentes, 51 e 58 anos).

De fato, os trabalhadores referem-se ao colonato como uma época em que a alimentação era abundante. Apesar da possível idealização do passado, a medida da fatura aparece estabelecida pela deterioração dos níveis de vida do presente, quando o assalariamento completo da relação de trabalho supõe a monetarização do custo de reprodução da força de trabalho, à qual se soma a atual retração do poder aquisitivo do salário. Contudo, a "fatura" só seria viabilizada pela intensificação real do trabalho, tanto no cafezal como na lavoura de subsistência.

É necessário que se analise de que modo havia compatibilidade entre expropriação do sobre-trabalho e a farta alimentação com que contava a família do

colono, o que decorre dos pressupostos da acumulação originária, em seus primórdios no Brasil: escassez de capital e abundância de terras, que estão na base desta relação de produção, onde se combinavam e se articulavam a venda de força de trabalho e a produção para a subsistência.

O ponto crucial para a elaboração da análise está na subordinação de toda produção de valor de uso à venda da força de trabalho. A família de trabalhadores apenas detinha a permissão do acesso ao solo enquanto empregada numa fazenda sob o contrato de trabalho caracterizado como colonato, ou seja, enquanto vendesse sua força de trabalho para a produção de café. Por outro lado, a área destinada à cultura de subsistência era determinada pelo tamanho do talhão de cafezal tratado por cada família, fosse ela nas terras intercalares, fosse em outras terras cedidas pelo fazendeiro. Do mesmo modo, tanto a quantidade, como a possibilidade de tratar animais era proporcional aos fatores acima citados.

O aumento da produção para a subsistência era interessante para a família do colono, na medida em que era através dela que sua cesta de consumo ficava mais abundante. É verdade que aumentar a produção de valor de uso implicava em intensificação do trabalho, mas o que determinava todo o processo era a venda de força de trabalho para a produção de café. Assim, para que houvesse um acréscimo na área destinada à cultura de cereais, o trabalhador deveria dispender mais trabalho no cafezal, aumentando o número de cafeeiros tratados pela família. Desse modo, a fatura não só era compatível com a exploração do sobre-trabalho do colono, como resultava de uma exploração maior do mesmo.

Há que ressaltar ainda que a produção da lavoura de subsistência propiciava não só a fatura, mas podia até exceder as necessidades de consumo do grupo doméstico. Quando isso ocorria, o colono vendia o excedente dos cereais produzido pela intensificação do trabalho familiar, que só então tomava a forma de mercadoria. Assim, na medida em que a subordinação da cultura de subsistência à venda de força de trabalho induzia a família do trabalhador a tratar de uma área maior do cafezal, pode-se até supor que haveria uma redução do número de famílias necessárias para a realização do trabalho agrícola dentro de uma fazenda. Desse modo, a relação de produção estabelecida com o colono não só possibilitava a expropriação do seu sobre-trabalho, como ao mesmo tempo solucionava o problema da escassez de mão-de-obra para a cafeicultura.

Enquanto a cultura de subsistência localizava-se nas terras intercalares, estava parcialmente encoberta a contradição entre o capital e o trabalho. Mas, no momento em que os colonos cultivavam seus produtos em outras terras, a separação entre trabalho excedente e trabalho necessário aparece de uma maneira mais clara, se se considerar o tempo de trabalho gasto na produção para a subsistência como necessário e o tempo gasto na produção do café como trabalho excedente. É por isso que o colono preferia se empregar em fazendas que permitissem o cultivo intercalar de cereais, mesmo que recebesse uma remuneração monetária menor do que naque-

las onde não se permitia tal tipo de lavoura. Assim, no momento em que se evidenciava o esgotamento do solo ou que se reduzia a área destinada à cultura de subsistência, acentuava-se a contradição entre o trabalho e o capital.

A análise elaborada até agora reforça a idéia de que o colonato não pode ser caracterizado como uma relação de produção tipicamente capitalista. Subordinada à relação capitalista — venda monetarizada da mercadoria força de trabalho havia toda a produção para a subsistência que, enquanto diretamente consumida pela família, não era mercadoria, mas possuía apenas valor de uso. A produção doméstica dependia de relações diferentes daquela das mercadorias, posto que definida em função dos nexos de autoridade e dependência pessoal que caracterizam a unidade familiar.

Assim, dentro do âmbito da produção doméstica localiza-se toda a produção de valor de uso que o colono e sua família realizavam, constituída não só pela produção agrícola diretamente consumida, como também por toda uma série de tarefas domésticas indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, tais como a preparação da alimentação, o cuidado dos filhos, lavagem e conserto de roupas, e etc., realizadas principalmente pela mulher.

Uma vez que era a produção de valor de uso, que se realizava dentro da produção doméstica, a responsável pela reprodução do trabalhador, a venda de força de trabalho, embora determinante, do ponto de vista do colono não era a mais importante. Esse modo de produzir os bens necessários à sua existência determinou o processo de integração desses trabalhadores na sociedade inclusiva.

Por um lado, enquanto produtor dos bens necessários à sua subsistência, o colono era um produtor auto-suficiente e, nessa medida, a reprodução cotidiana da sua força de trabalho, e a de sua família, se realizava dentro do âmbito da fazenda. A sua integração no mundo das mercadorias, por outro lado, se realizava de dois modos: via remuneração monetária pela venda objetiva de sua força de trabalho no cafezal, ou via excedente da sua produção para a subsistência, que só tomava a forma de mercadoria no momento em que fosse comercializada.

De fato, o que o colono recebia em dinheiro pela venda de sua força de trabalho era insignificante, até mesmo do ponto de vista do fazendeiro:

“Os colonos geralmente vendiam a sobra do que produziam. Só podiam ter animais de custeio e não os vendiam. Assim sendo, o que o colono recebia para carpir o café era quase que “pro-forma”. A fazenda podia fazer o pagamento a cada 60 dias e o colono se aguentava” (proprietário rural).

Acresce que a comercialização do excedente de sua produção de cereais nem sempre se realizava de maneira satisfatória:

“Antigamente, quando a gente plantava, tinha fartura, mas quando sobrava não tinha preço para vender” (assalariados residentes, 45 e 52 anos).

Desse modo, era bastante reduzida a quantia de dinheiro que o colono podia colocar em circulação.

Na verdade, tal quantia se reduzia ainda mais, se for considerado o sistema de “ordem de pagamento” instituído, que tinha por finalidade retê-lo na fazenda através do endividamento progressivo. A efetivação do pagamento pela venda da força de trabalho no trato do cafezal se realizava geralmente, a cada sessenta dias, enquanto que a remuneração pela colheita supunha a conclusão da mesma, efetivando-se apenas durante o chamado “pagamento geral”. Em contrapartida, na medida em que se fazia necessário, o colono requeria, junto à administração da fazenda, uma “ordem de pagamento”, que lhe permitia retirar no armazém, determinado pela mesma administração, os bens de que necessitasse. Assim, no momento em que fosse receber a sua remuneração monetária, encontrava-se em dívida para com a fazenda. Quando não conseguisse saldar suas dívidas apenas com a remuneração monetária, deveria fazê-lo via comercialização dos cereais que produzisse. Assim, através do sistema de “ordem de pagamento”, a pequena quantidade de dinheiro que o colono colocava na circulação era em parte mediada pela administração da fazenda.

Na medida em que ocorria tal mediação, as relações sociais que o colono estabelecia, tanto na cidade como no campo, eram relações diretas e pessoais, fosse para o intercâmbio de bens, fosse para o intercâmbio de força de trabalho (Martins, 1974, p.129). Esse fato tem implicações importantes quando se pensa no processo de integração desses trabalhadores na sociedade inclusiva, o qual sofrerá profundas modificações quando da proletarianização do colono do café.

Sendo extremamente reduzida a quantidade de dinheiro de que dispunha o colono, era no campo, e através dele, que se concretizava a reprodução de sua força de trabalho. De fato, como já foi enfatizado anteriormente, dada a produção para a subsistência, eram poucos os bens que o colono precisava comprar. Assim, “a existência na roça se sustentava por si mesma, os vínculos com a sociedade inclusiva não eram fundamentais, mas excedentes” (Martins, *op. cit.*, p.125).

I-2 – FAMÍLIA E TRABALHO

Durante o colonato, o grupo doméstico era constituído pela família conjugal, composta do casal e dos filhos solteiros. O casamento significava completa independência do filho em relação ao pai e a constituição de uma nova unidade de força de trabalho. Era com o casamento que o indivíduo se transformava em “colono ele mesmo, o chefe da família”, mesmo que continuasse morando na mesma fazenda que seu pai. Assim, o chefe da família era o marido e pai, ou, na falta deste, o filho mais velho.

Na medida em que apenas o chefe do grupo familiar era considerado colono, respondendo pelo contrato de trabalho com o fazendeiro, o chefe colocava-se como responsável pelo trabalho dos demais membros de sua família. Assim, embora evidentemente su-

bordinado à administração da fazenda, era ele quem determinava não só as várias tarefas a serem realizadas — trato do cafezal, cultura de subsistência, trato dos animais, etc. —, como também a intensidade no cumprimento de tais tarefas. Apenas ele detinha o acesso ao dinheiro, tanto recebendo o pagamento do salário monetário, como comercializando o excedente da produção para a subsistência. Embora as necessidades financeiras individuais fossem extremamente reduzidas, significando basicamente a compra de roupas ou de calçados, era o colono quem distribuía os rendimentos monetários entre os membros de sua família. Desse modo, o grau de controle que exercia sobre o grupo doméstico era bastante elevado.

No momento em que a família se constituía na unidade básica de força de trabalho para a produção, tornava-se impossível a sobrevivência, dentro da estrutura produtiva da fazenda, de indivíduos desvinculados de um grupo doméstico. Assim, o casamento surgia como a única forma viável de reprodução da força de trabalho individual. Por isso mesmo, era grande a estabilidade do grupo doméstico, sendo muito raros os casos de separação dos cônjuges¹.

A organização da família do colono de café estava determinada pelas relações de produção estabelecidas com o fazendeiro. De um lado, tendo em vista a possibilidade de "fartura", o grupo doméstico deveria se organizar em moldes que compatibilizassem a intensificação do trabalho, cuja viabilidade dependia da autoridade paterna. Por outro lado, na medida em que a família do colono era concretamente o viveiro de mão-de-obra com que contava o fazendeiro, o seu chefe era o elemento capaz de mobilizar força de trabalho necessária para a exploração do café na fazenda.

De fato, a família do colono vendia uma mercadoria, condição para a produção para a subsistência, constituída pela sua força de trabalho consumida no trato do cafezal e na colheita do café. A remuneração pelo trato era calculada pelo número de cafeeiros tratados pela família; a remuneração pela colheita, por alqueires de café colhido. Por outro lado, é preciso lembrar que a "fartura" só era viável pela intensificação do ritmo de trabalho dentro da lavoura de subsistência. Em ambos os casos o rendimento auferido dependia da intensidade do trabalho que o colono conseguia impor ao grupo doméstico, enquanto elemento dinamizador de seus membros.

Assim, se a intensificação da jornada de trabalho só poderia ser viabilizada pela autoridade paterna, o chefe do grupo doméstico se constituía, na verdade, no agente da exploração que o fazendeiro realizava sobre o colono e sua família. Sobretudo, rendimento monetário e "fartura" dependiam da eficiência com que ele mobilizava a força de trabalho dos demais membros do grupo doméstico.

Contudo, a capacidade de o colono mobilizar eficazmente sua família em função da sua sobrevivência dependia concretamente dos ciclos da vida familiar. Inicialmente constituída apenas pelo homem e pela mulher, ambos podiam se dedicar ao trabalho produ-

tivo, tanto no cafezal, quanto na cultura de subsistência, sendo as tarefas domésticas realizadas pela mulher antes ou após o trabalho na lavoura. Era o nascimento dos filhos que colocava empecilhos ao trabalho feminino, não só porque exigiam a atenção constante da mãe, como também devido à intensificação das tarefas domésticas. Sendo pequeno o espaçamento entre os filhos e sendo também freqüente a constituição de famílias com oito filhos ou mais², o período de tempo em que a mulher deveria arcar com os cuidados de sua prole era bastante grande.

Durante essa segunda fase do ciclo de vida familiar, o homem deveria arcar sozinho com a produção dos bens necessários à reprodução de sua família, o que acarretava na diminuição do número de pés de café tratados, e portanto da área destinada à roça de cereais. Conseqüentemente, reduzia-se a produção para a subsistência, o que implicava a carência dos bens indispensáveis à reprodução do grupo doméstico. Desse modo, o trabalho da mulher fora da casa colocava-se como necessário. Mesmo que houvesse uma sensível redução no tempo que a mulher dispunha para o trabalho, a proximidade entre a lavoura e a colônia³ permitia que ela levasse consigo até mesmo as crianças de colo, pois que, caso houvesse algum contratempo com os filhos, ela poderia voltar facilmente para sua casa. Era então freqüente encontrar crianças pequenas deitadas em redes, amarradas em baixo dos pés de café, enquanto outras brincavam pelo cafezal, em local próximo onde seus pais estivessem trabalhando.

Havia então a necessidade de trabalho muito intenso para ambos os cônjuges: o homem deveria intensificar seu trabalho para poder fazer face à reprodução de sua força de trabalho e à de sua família; a mulher, além de intensificar o ritmo das tarefas domésticas, deveria auxiliar o marido no trabalho produtivo. Contudo, se o casal tivesse muitos filhos pequenos, nem sempre conseguia proporcionar-lhes mais do que o estrita-

1 De fato, a pesquisa de campo confirmou esta hipótese. Tendo sido entrevistadas 72 pessoas, apenas foi encontrado um caso de separação, mas a mulher em questão estava casada pela 2ª vez há 16 anos. O primeiro casamento durou apenas 2 anos, dos 13 aos 15 anos de Ego.

2 Esta afirmação baseia-se no número de filhos tidos pelos pais e sogros de Ego que, em sua maioria, vivenciaram plenamente a situação de colonato. Embora as entrevistas não tenham sido realizadas em amostras estatísticas das populações estudadas, a média de filhos tidos pelos pais e sogros de EGO é bastante significativa: para os que moravam na fazenda à época da entrevista, a média encontrada foi de 9,09 filhos por casal; para os que moravam em Guaranésia, 8,84 filhos.

3 Colônia é a denominação dada ao conjunto de casas da fazenda onde habitavam os colonos. Note-se que, mesmo tendo acabado o colonato, a denominação se mantém até hoje.

mente necessário para a sua sobrevivência, como é o caso desta família:

“Hoje ele (o pai) está melhor, todos os filhos trabalham. Antigamente eram muitos filhos pequenos, e o que ele ganhava quase nem dava pra comer” (assalariada residente, 23 anos).

O crescimento dos filhos, inicialmente, tinha como conseqüência a liberação da mulher para o trabalho na lavoura. Assim que o mais velho, fosse ele homem ou mulher, atingisse a idade de sete ou oito anos, era ele quem arcava com parte das tarefas domésticas, especialmente o cuidado dos irmãos menores, enquanto a mãe podia ir para a roça junto com o marido. Com essa idade a criança já era capaz de realizar algumas tarefas domésticas, e também auxiliava no trabalho da roça, fosse levando a marmita para os membros da família que estavam trabalhando, fosse prestando outros serviços: trato de animais domésticos, realização de pequenas tarefas, etc. Sobretudo durante a colheita sua força de trabalho era requisitada, assim como a dos demais membros da unidade familiar.

Num primeiro momento o crescimento das crianças liberava a mulher de parte do serviço doméstico. Mas, o importante é que na medida em que cresciam substituam gradualmente a mãe na lavoura. No momento em que fossem capazes de realizar as mesmas tarefas que ela, a mãe ficava liberada para se dedicar quase que exclusivamente ao serviço doméstico. Contudo, mesmo assim, era muito raro a mulher poder se dedicar exclusivamente à sua casa e aos filhos pequenos, pois que ocasionalmente participava do trabalho produtivo, especialmente quando fosse maior a demanda de mão-de-obra, o que poderia ocorrer na lavoura de subsistência, mas sobretudo durante a colheita. Como a remuneração era por produção, e como o trabalho da mulher estava subordinado ao seu marido, enquanto chefe do grupo doméstico, havia uma certa elasticidade no período em que trabalhava, ou seja, não só podia ir para a roça mais tarde que o marido, levando seu almoço e lá permanecendo, após ter completado suas tarefas domésticas, como também não trabalhava necessariamente todos os dias da semana, reservando alguns para a lavagem de roupas ou outra tarefa em sua casa. Era dessa maneira que a mulher se constituía na mão-de-obra de reserva com a qual o fazendeiro contava nas épocas de pico de demanda de trabalho.

É importante destacar que, enquanto força de trabalho auxiliar do grupo doméstico, a mulher, durante o colonato, nunca recebia remuneração pelo seu trabalho, mesmo quando vendia sua força de trabalho concretamente para a produção do café. Era o homem quem recebia a remuneração de toda a unidade produtiva. Assim sendo, ela nem sempre tinha consciência da exploração que o fazendeiro realizava sobre seu próprio trabalho, pois que se considerava trabalhando para o marido, ou para sua família, e não para o fazendeiro.

A inserção da criança no trabalho produtivo propriamente dito iniciava-se a partir dos 10 anos de idade,

podendo ser adiada até os 12 anos. Nessa época, já sendo fisicamente capaz de manejar a enxada, trabalhava o dia todo na roça, carpindo café ou na cultura de cereais. Enquanto solteiros, tanto meninos como meninas trabalhavam igualmente. Apenas quando o casal tinha muitos filhos, alguma das meninas ficava em casa auxiliando a mãe. Na verdade, trabalhar era condição para a criança participar do grupo doméstico. Do mesmo modo que a mãe, ela nunca recebia remuneração pelo seu trabalho. Sentia-se coagida a participar do trabalho produtivo juntamente com os demais membros da família, na medida em que não se colocava em questão a possibilidade de recusa por parte da criança.

Contudo, as avaliações que meninos e meninas faziam de seus trabalhos eram diferentes, embora ambos pudessem realizar o mesmo tipo de tarefas. Assim, enquanto para as meninas, a realização do serviço doméstico não era considerada trabalho, mas provavelmente como algo inerente à sua própria condição de mulher⁴, para os meninos ocorria o inverso. Para eles, mesmo a realização de tarefas domésticas era considerada trabalho, como é o caso de Sebastião, com 45 anos:

“Comecei a trabalhar parte do tempo, com sete anos de idade. Eu era o cozinheiro da família. Levava, depois de fazer, a comida pra família na roça” (volante, sexo masculino, 45 anos).

Enquanto o trabalho dos filhos fosse recompensado com fartura na mesa, roupas e calçados, eram raros os conflitos geracionais. Contudo, no momento em que se sentia explorado pelo chefe da unidade produtiva, não recebendo o que considerava seu direito, instalava-se o conflito. Dadas as condições em que se organizava o trabalho, a única saída era o casamento precoce, com a conseqüente independência face à família de origem. Nesses casos o casamento se dava muito cedo, sendo freqüente as mulheres se casarem com catorze anos, ou mesmo antes. Tal fato acarretava na formação de outra unidade de força de trabalho para a produção, com a conseqüente reprodução precoce da força de trabalho, o que, do ponto de vista do capital, era extremamente vantajoso. Por outro lado, o chefe do grupo doméstico nem sempre via com bons olhos o casamento desses filhos, já que implicava uma diminuição da força de trabalho de sua família.

A última fase do ciclo de vida familiar iniciava-se então no momento em que os filhos começavam a se casar, o que implicava um decréscimo da produtividade do grupo doméstico. Embora o casamento significasse a completa independência em relação ao grupo de origem, a permanência de filhos casados sob o con-

⁴ De fato, nenhuma das mulheres entrevistadas mencionou qualquer tipo de tarefa doméstica, quando se perguntou com que idade e o que faziam quando começaram a trabalhar.

trato de trabalho do pai poderia ocorrer em situações particulares, especialmente quando o grupo de origem fosse pequeno. Nesse caso, a permanência da força de trabalho do filho casado, agora acrescida à de sua cônjuge, implicava não só na manutenção do número de cafeeiros tratados pela família, como eventualmente na extensão desse mesmo número, pela introdução de mais um elemento produtivo no grupo. Por outro lado, do ponto de vista do jovem casal, também se apresentavam algumas vantagens. Na medida em que o início da vida conjugal implicava maior trabalho e menor "fatura", o fato de fazer parte de um grupo doméstico mais amplo liberava a mulher para o trabalho produtivo, pois que podia deixar os filhos sob os cuidados da avó, que se dedicava basicamente ao serviço doméstico.

Há ainda a considerar que a saída de filhos solteiros do grupo doméstico encontrava sérios obstáculos, e só ocorria em casos bastante raros, mesmo que o grupo doméstico fosse bastante amplo e com a devida autorização do pai⁵.

Uma vez que a saída dos filhos do grupo doméstico poderia causar decréscimo do nível de vida, tanto para o grupo de origem, quanto para a nova unidade produtiva que se formava, torna-se relevante analisar por que a família do colono teria sido conjugal e não extensa.

A discussão desse problema exige que se aborde inicialmente o tamanho do grupo doméstico em questão. Como já foi colocado, rendimento monetário e "fatura" dependiam dos ciclos de vida familiar. Do ponto de vista da mulher casada, não havia incompatibilidade entre gravidez e trabalho na lavoura, sendo freqüentes os depoimentos de mulheres que executavam tal tipo de trabalho até as vésperas do parto, ficando inativas apenas durante o puerpério. Eram contudo os filhos pequenos que provocavam uma redução na sua disponibilidade para trabalho. Como as crianças acima de sete ou oito anos já prestavam algum tipo de serviço ao grupo doméstico, especialmente no que se referia ao cuidado dos irmãos menores, ocorria uma redução no trabalho que a mãe deveria realizar sozinha. Nesse sentido, a partir de um determinado número de filhos, o nascimento de mais um não implicava grande intensificação do trabalho feminino. Por outro lado, na medida em que as crianças iam assumindo suas funções no trabalho produtivo, liberavam a mãe para o trabalho doméstico. É nesse momento que o tamanho da família adquire maior significado, pois quanto mais braços houvessem para trabalhar na roça, maior seria o número de pés de café tratados pela família e portanto maior a área de cultura de subsistência. Contudo, a partir de um determinado número de indivíduos que se dedicavam ao trabalho produtivo dentro do grupo doméstico, atingia-se uma estrutura ótima, além da qual acrescentar não resultaria na mesma curva de vantagens. Na verdade, ter muitos filhos era interessante até o momento em que a mãe ficasse liberada para se dedicar quase que exclusivamente a sua casa, e a produção da cultura de subsistência fosse suficiente para propiciar alimentação abundante para o

grupo doméstico, possibilitando até a venda do excedente⁶.

Do ponto de vista do capital, é evidente que quanto mais numeroso fosse o grupo doméstico, maiores seriam as vantagens. Em primeiro lugar porque a família do colono se constituía concretamente no viveiro de mão-de-obra para a exploração capitalista. Em segundo lugar porque seria menor o custo relativo das instalações, na medida em que houvesse um maior número de pessoas habitando a mesma casa.

Do exposto, conclui-se que a partir de um determinado tamanho do grupo doméstico, a saída dos filhos não causava grandes transtornos, podendo até ocorrer a saída de filhos solteiros, como já foi ressaltado. Apenas quando a unidade produtiva fosse pequena é que a evasão de filhos acarretava a diminuição da força de trabalho necessária à produção da sua subsistência. Nesse caso, a solução possivelmente seria a permanência do filho casado, fosse ele homem ou mulher, no grupo de origem, o que poderia acarretar não apenas a manutenção do tamanho do talhão do cafezal, como eventualmente sua extensão, pela introdução da força de trabalho do cônjuge, como foi salientado atrás. Contudo, a permanência do filho casado sob o contrato de trabalho do pai implicava a sua subordinação à estratégia de sobrevivência delineada pelo chefe da família. A constituição de uma nova unidade produtiva pelo jovem casal significava ao contrário a total independência em face da autoridade paterna e portanto o estabelecimento de sua própria estratégia de sobrevivência.

"Antes eu tinha de fazer o que o pai queria. Antigamente a vida era difícil, porque agora eu trabalho do jeito que eu quero, não faço as coisas contra a vontade" (volante do sexo feminino, 25 anos, entrevistada depois que se casou).

A família sob o colonato tinha então, como característica básica, uma grande intensificação do trabalho, sendo a contradição entre trabalho e capital parcialmente encoberta na medida em que o trabalhador conseguisse produzir o suficiente para ter alimentação farta. Seu trabalho era trabalho útil, já que ele dele que dependia a produção para a subsistência. Contudo, a subtração da roça de cereais e a individualização da força de trabalho tendem a transformar a organização da família do trabalhador do campo, cuja sobrevivência passa a depender exclusivamente da compra dos produtos alimentícios no mercado. O trabalho continua sendo intensificado, mas com ele o trabalhador só consegue produzir o mínimo indispensável à

⁵ É o caso do assalariado residente, de 52 anos entrevistado em Guaranésia, em setembro de 1975, cujo pai teve 14 filhos: "Os filhos foram pra uma fazenda e o pai pra outra. Tive ordem do pai pra trabalhar fora".

⁶ Esta análise baseou-se em discussões informais com Maria Coleta F.A. de Oliveira.

sua reprodução. A fatura pertenceu ao passado. O presente caracteriza-se pela carestia.

Mas, mesmo que se transformem alguns aspectos da organização da família do trabalhador, ela não perderá sua função de produtora de valores de uso, pois se a produção para a subsistência era característica do colonato, os serviços domésticos realizados pela mulher, destinando-se à reprodução da mercadoria força de trabalho e organizando-se dentro de um contexto onde predominam relações domésticas e não contratuais, não é exclusivo do colonato, pois que decorre do próprio modo de inserção do grupo familiar no modo de produção capitalista, mesmo quando as relações de produção forem totalmente assalariadas (Soffiotti, 1977; Oliveira, 1976). É nesse sentido que Oliveira considera que:

“o casamento ou a constituição da família operária é, bem ao contrário do que pode ser verdadeiro para outras classes, não a maneira de perpetuar a espécie, mas uma forma de defesa. (...) Apresenta-se de início tão-somente como uma forma de defender-se da exploração, em que se unem homem e mulher para, mediante a venda de força de trabalho de um e a produção de valores de uso doméstico de outro, defenderem-se e sobreviverem à exploração”.

II – TEMPO DE SALÁRIO, BÓIA-FRIA E CARESTIA

No momento em que foram superadas as economias não monetárias, características da relação de trabalho estabelecida com a família do trabalhador-colono, aproximam-se os custos de subsistência da força de trabalho rural e urbana, o que, do ponto de vista da acumulação do capital, acarretou a ampliação da quantidade de mercadorias que esses trabalhadores necessitam comprar para que possam continuar vendendo sua força de trabalho. Por outro lado, do ponto de vista da família do operário, a monetarização do custo da sua reprodução implicou transformações nas estratégias de sobrevivência, até então determinadas pela constituição da família em unidade de força de trabalho e de produção para a subsistência.

De fato, quando o capital submete o trabalho, desaparecem os espaços para o estabelecimento de relações de produção que não sejam as individualizadas, o que implica o desaparecimento da família enquanto unidade de força de trabalho: a unidade agora é o indivíduo. De outra parte, a expropriação da produção para a subsistência, pela negação da permissão do acesso à terra, reduz a capacidade de produção de valores de uso dentro do âmbito do grupo doméstico, que agora se restringe tão-somente à realização das tarefas domésticas, como em qualquer outra família operária. O que se pretende, então, é analisar as estratégias de sobrevivência delineadas pelos assalariados residentes e pelos volantes, salientando-se também as discrepâncias que possam ocorrer entre elas.

II-1 – SALÁRIO E CARESTIA

O desaparecimento dos pressupostos que determinaram a relação de trabalho com o colono — abundância de terras e escassez de mão-de-obra, comutados pelos seus contrários — escassez de terras e abundância de mão-de-obra — determinaram o assalariamento da relação de trabalho e a destruição das antigas formas de produção doméstica, o que implicou a total monetarização do custo de reprodução da força de trabalho, fazendo com que o trabalhador adquira no mercado os produtos que ele mesmo produzia no passado.

De fato, no momento em que o trabalhador só pode se reproduzir ao se integrar no mundo das mercadorias, desaparece a fatura, viabilizada pela intensificação do trabalho familiar na cultura de subsistência, pois que o nível de consumo se desloca do grande esforço físico dispendido. É na hora em que o trabalhador recebe um salário que a carestia se contrapõe à fatura, pois que, com o salário que recebe, o operário rural poderá medir os preços das mercadorias necessárias à sua reprodução e à de sua família. Na verdade, a alusão à deterioração das condições de vida aparece de modo recorrente tanto no discurso dos assalariados residentes, como no dos volantes:

“Se veio pra saber da vida da gente, moço, nunca vi coisa tão ruim como agora. Hoje vai tudo mal. Tem muito chão, mas não deixam plantar (...)” (assalariado residente, 73 anos).

“Na roça tiraram tudo: as terras, as plantas, eles cobravam tudo, descontavam tudo. O salário da roça não dava mais. Cobravam aluguel de um casa boa na cidade. Então a gente preferiu morar na cidade. A vida é igual, a vida de pobre, tanto na roça como na cidade, a gente sai da roça, mas trabalha na roça. Ficou uma coisa só, não melhorou nem piorou. A vida de fazenda é muito puxada” (volante, sexo feminino, 41 anos).

“Já faz cinco anos que moro na cidade. Da Correnteza vim pra cá, o patrão não queria mais colonos. Deu uma indenização. O meu filho recebeu Cr\$ 3.000,00, com o que comprou a casa. Eu não recebi nada. Não melhorou em nada aqui, é pior, eu não posso criar nada, não posso plantar nada, se não trabalha não come, não tem como se agarrar, não se tem nada plantado, piorou tudo por tudo. Antigamente era muito melhor, eu estou morando obrigada na cidade, eles não querem mais a gente lá. Hoje a gente tem que comprar tudo, se não comprar passa sem” (volante, 90 anos).

No discurso dessas entrevistas aparece de modo claro a relação entre expropriação da roça de cereais e a carestia. É verdade que nem todos consideram suas vidas tão precárias e entre estes estão os mais jovens,

cuja saúde permite que não percam nem um dia de trabalho. Contudo, parece que, pelo menos para os que vivenciaram a situação do colonato, a monetarização do custo de reprodução da força de trabalho seria a responsável primeira pelas atuais condições de vida. Somando-se a isto, o constante aviltamento do salário vem piorar a situação:

"A vida antigamente, (há cerca de dez anos atrás) era bem melhor, porque o salário antes era bem melhor. Agora cada vez ele vale menos. O salário suspende, mas as coisas suspende mais ainda, então o salário vai minguando. No começo o salário era menos, mas valia mais. A carestia tá dura" (volante, sexo masculino, 27 anos).

A subtração da lavoura de subsistência retirou da família o caráter de unidade de força de trabalho e de produção para a subsistência. A partir de então a família passa a constituir apenas "um grupo de cooperação fundamental na base do qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência" (Oliveira, 1978). A unidade de força de trabalho agora é o indivíduo. Os diferentes membros da família defrontam-se individualmente na produção, e a avaliação dos seus trabalhos também é feita isoladamente. O trabalho de cada um nada tem a ver com o trabalho da totalidade do grupo doméstico e a quantidade do trabalho independe do desempenho do conjunto (Stein, 1976). Desta forma, na família, o trabalhador apenas soma os ganhos de salário percebidos individualmente.

Segundo Marx, o valor da força de trabalho é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho durante toda a vida do trabalhador, contudo, o preço da diária, tanto do volante, como do residente, é fixado em torno de um quantum que apenas permite a sua subsistência individual e imediata.

Dadas as circunstâncias atuais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo, esta contradição só pode ser resolvida dentro do âmbito das estratégias de sobrevivência do próprio trabalhador. Em primeiro lugar, mulheres e crianças são compelidas a ingressar no mercado de trabalho, viabilizando desse modo a reprodução da força de trabalho para o capital, pela soma dos salários individuais. Mesmo assim, continua sendo necessário que essa reprodução não se efetue dentro das normas de produção capitalista, mas sim dentro da família, instituição cujo estatuto é distinto da empresa capitalista, pois que se baseia em relações de caráter doméstico, de dependência pessoal e não contratual. De fato, é o trabalho não remunerado da mulher dentro da família que reduz o custo de reprodução de força de trabalho.

Na verdade, algumas análises sobre o operário agrícola apontam para a dificuldade de sobrevivência do indivíduo isoladamente do grupo doméstico. Em relação ao assalariado, residente, raramente se contratam empregados solteiros, supondo-se em geral a existência de mais de um trabalhador na família, o que garante ao capitalista a regularidade no suprimento de mão-de-obra, além de minimizar os recursos gastos — nas instalações das moradias em sua fazenda (Oliveira, 1978, p.20).

Quanto ao trabalhador volante, não interessa ao capitalista quais os seus arranjos domésticos ou quantos trabalhadores existem em sua família. É para o próprio indivíduo que se manifesta a importância da constituição de uma família, o que aparece claramente do discurso dessa entrevista registrada por Ianni: -

"Eu sempre vim sozinho (...) Sozinho a gente sofre muito, a gente tem que pagar tudo e não acha as coisa do jeito que a gente quer. Das vez que eu vim sozinho cheguei a morá 2 anos em alojamento da usina, era muito ruim, era mais de 20 homem num lugar pequeno, apertado, num dava nem pra gente se mexê, deitado tinha que ficá esticado e duro. Os outros ano morei em pensão, mas era aquela nota, era pagá tudo, comer mal, o dinheiro que a gente veio prá ajuntá, acabava quase tudo. Aí resolvi vim com a família (...)"

Desta forma, a constituição de unidades familiares funciona realmente como arranjo de sobrevivência, em que a cooperação se estabelece pela soma dos ganhos de seus membros e pela produção de valor de uso, que reduzem o custo da reprodução de valor de uso, que reduzem o custo da reprodução da força de trabalho. Quando a reprodução cotidiana da força de trabalho depende de arranjos que envolvam (Oliveira, 1978, p. 23/24), a compra de serviços por parte de um trabalhador isolado do grupo doméstico, fica evidente que o valor do salário cobre apenas a reprodução da força de trabalho efetivamente consumida na produção, permitindo portanto somente o sustento do operário durante o período de emprego.

A família operária caracteriza-se então por ser uma instituição altamente ajustada à exploração do sobretrabalho no modo capitalista de produção, garantida pelo caráter doméstico da produção e reprodução da força de trabalho. De fato, ao proletarianizar o colono de café, o capitalismo destruiu o grupo doméstico enquanto unidade de produção para a sua subsistência, permitindo contudo que continuasse produzindo a mercadoria força de trabalho.

Enquanto a família do colono produzia a quase totalidade dos produtos necessários à sua reprodução, mistificava-se a exploração a que estava sujeita, mesmo porque era pela cooperação de todos os membros do grupo doméstico, na realização de um trabalho conjunto, sob a autoridade do chefe, que a fartura seria favorecida. Agora, nas novas relações de produção, a sobrevivência do trabalhador continua dependendo da constituição da família, na medida em que ela só pode se efetivar através da produção de valor de uso, pelo trabalho não remunerado da mulher, mas as condições de vida alcançadas caracterizam-se pela carestia.

Por outro lado, é essa produção de valor de uso que permite a reprodução do exército industrial de reserva, quando constituído pela família do trabalhador, cujas mulheres e crianças viabilizam o aumento da produtividade do trabalhador individual adulto, quando o contrato de trabalho é feito por produção. Quando isso ocorre, a inserção dessas duas categorias no mercado de

trabalho assemelha-se à existente durante o colonato, pois que estão subordinadas diretamente ao chefe da família e não ao capitalista, o que possibilita a manutenção do salário em níveis adequados à exploração do capital, além de compatibilizar o processo produtivo na agricultura com a intermitência do trabalho agrícola.

II-2 — ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA FAMÍLIA PROLETÁRIA

Inicialmente há que considerar certas diferenças entre as estratégias de sobrevivência delineadas pelo assalariado residente e pelo trabalhador volante.

De fato, o contrato de trabalho do empregado morador envolve algumas economias não monetárias, como a moradia, a horta e a possibilidade de possuir algumas galinhas. Por outro lado, embora a rigor não sejam descontadas do salário, essas economias não monetárias implicam uma redução da remuneração monetária, quando comparada com a do trabalhador volante, porém compensada pela estabilidade do emprego. Desse modo, do ponto de vista do empresário, o emprego de trabalhadores residentes requer menor inversão de capital variável, pelo menor preço do trabalho, além de lhe permitir contar com parte da mão-de-obra necessária para dar continuidade ao processo produtivo em sua fazenda.

Contudo, o trabalhador residente está constantemente à disposição do fazendeiro, pois que habita na sua propriedade, e nessa medida, "mesmo quando motorista ou funcionário de escritório, é um pouco um súdito do usineiro ou do fazendeiro" (Ianni, 1976, p. 55). Na verdade, este é um dos aspectos que levam certos trabalhadores a preferirem morar na cidade, embora em condições menos estáveis.

"Hoje em dia prefiro a cidade, a roça tá muito difícil. Num guento fazendeiro montá na gente lá na roça. Só querem saber de explorar a gente" (volante do sexo masculino, 36 anos).

Em Guaranésia coexistem as culturas do café e cana-de-açúcar, lavouras que empregam regularmente certa quantidade de mão-de-obra, sendo poucas as ocasiões em que falta trabalho. Nesse sentido, alguns operários sentem-se em condições de escolher entre morar na roça ou na cidade. Há alguns fatores que pesam nesta decisão. Em primeiro lugar a cidade exerce atrativo na medida em que proporciona salários mais elevados, inclusive porque a consciência da venda da força de trabalho por parte do volante leva-o a procurar onde se paga mais.

"É melhor morar na cidade. Ele (o marido) trabalha onde quer e onde paga mais. As crianças melhoraram porque os grupos já estão todos aqui e não precisa sair do lugar pra ir estudar. Morar na fazenda a gente fica muito sujeita ao patrão. Até o aluguel eles descontam da gente" (volante do sexo feminino, 39 anos).

Contudo, há que ressaltar que essa possibilidade de esco-

lha está limitada pela juventude e pelas condições de saúde do trabalhador, que lhe permitirão não perder nem um dia de trabalho: a perda de um dia significa, na verdade, dois, pois que não recebe o descanso remunerado se não trabalhar seis dias na semana. De outro lado, é evidente que morar na cidade é bem mais fácil para aqueles que possuem casa própria.

O segundo fator a ser considerado é a atual valorização do estudo para os filhos. Todos querem que os filhos completem pelo menos o curso primário. É verdade que nas fazendas também há escolas, mas elas geralmente vão apenas até o terceiro ano do primeiro ciclo, mesmo assim, como as instalações são precárias e faltam professoras, as três classes freqüentam a mesma sala de aula, com a mesma professora e no mesmo período. Desse modo, é freqüente a reclamação, por parte dos pais, em relação à deficiência das escolas rurais.

Durante o colonato, enquanto o trabalho era primordialmente trabalho útil, produtor de valor de uso e apenas secundariamente produtor da mercadoria, a integração com a sociedade inclusiva não era fundamental, o que propiciou modestas aspirações em relação à escola: assinar o nome e ler mais ou menos (Martins, 1974, p. 128/129).

"A gente era daquele tempo que a vida era mais fácil pra lavrador e pai e mãe não ligavam pra estudo" (casal de assalariado, residentes, 45 e 52 anos).

Na verdade, a perspectiva em relação ao futuro era a continuidade do trabalho como lavrador, pois que a mobilização social visualizada pelo colono consistia em tornar-se proprietário de terra, e, para tanto, as abstrações adquiridas pela freqüência à escola tornavam-se irrelevantes. Por outro lado, na medida em que as estratégias de sobrevivências familiares implicavam o trabalho conjunto de todo o grupo doméstico, a criança era exigida no trabalho produtivo muito cedo, como foi analisado anteriormente, de modo que a escola significava para a família o trabalho que, por ela, deixou de ser realizado. Quando expropriado da roça de subsistência inicia-se um processo de desqualificação do trabalhador enquanto lavrador. O trabalho na roça é agora encarado como o pior dos trabalhos, pela força física que exige, além de submeter o indivíduo às intempéries da natureza: chuva, frio, sol forte. Nesse momento a escola passa a ser valorizada enquanto instrumento de mobilidade social, cujas idealizações recairiam sobre os filhos, já que o próprio trabalhador tem consciência da irreversibilidade da sua situação. Este fato aparece de modo recorrente nos discursos das entrevistas:

"Gostaria que os filhos estudassem para um ofício bom, prá trabalhar em firma, porque roça não dá camisa prá ninguém" (volante, sexo feminino, 58 anos).

"Era bom que eles (os filhos) pegassem um estudo prá poder viver melhor, prá não pegá na enxada, prá trabalhar fácil e ganhar mais" (assalariado, residente, 32 anos).

"Tem o pobre e tem o pobrezinho: o pobrezinho é aquele que capina café, não pode comprar coisas boas no armazém, o pobre é aquele que tem um serviço, um salário melhor, dá prá viver" (assalariada, residente, 23 anos).

Assim, quando o trabalho é produtor de mercadorias destinadas à troca, e portanto trabalho social e abstrato,

"a escola passa a ser admitida como recurso para desvendar os segredos da linguagem urbana, isto é, o mundo das mercadorias e da propriedade privada".

A escola passa a ser então encarada como meio de mobilidade social e possibilidade de negação da existência rural.

A proletarização do trabalhador transforma sua integração na sociedade inclusiva. No passado, apenas o homem estabelecia as relações sociais da família com o mundo exterior, enquanto que a mulher restringia-se aos relacionamentos dentro do âmbito do grupo doméstico, de vizinhança e de parentesco, apresentando agudo senso de vergonha quando em ambiente estranho (Martinez-Alier, 1975, p. 83). De fato, as entrevistas com as mulheres que sempre residiram em fazenda demonstraram o seu acanhamento frente a estranhos, principalmente quando sempre trabalharam na roça, estabelecendo poucos contatos com o fazendeiro ou seus prepostos, o que não ocorre com as trabalhadoras volantes.

Na verdade, as transformações nas relações de produção exigiram sensíveis modificações no trabalho feminino, quando realizado fora do mundo da casa, o qual tende cada vez mais a ser individualizado. Durante o colonato o trabalho da mulher era subordinado imediatamente ao marido ou pai, enquanto chefe do grupo doméstico. Agora ele é subordinado diretamente ao capital. Nessa medida ele adquire outro sentido. Se no passado o trabalho feminino na roça era visto como uma extensão do trabalho doméstico, no presente ele é trabalho individual e, enquanto subordinado ao capital, requer uma determinada disciplina no que concerne à jornada de trabalho e, no caso da volante, até ao local onde deve ser realizado, dependendo, portanto, mais do que no passado, da conciliação entre trabalho produtivo e trabalho doméstico.

Tais modificações implicaram empecilhos ao trabalho produtivo da mulher. De fato, os dados de censo demonstram sensível redução da participação da mulher no trabalho agrícola: 19,6% dos empregados permanentes nos estabelecimentos rurais de Guaranésia consignados no censo de 1940 eram mulheres, esta proporção reduz-se já a partir dos anos quarenta para 13,9%, mas durante a década de 50 a diminuição é drástica, chegando a apenas 1,6% para aumentar na década seguinte para 2,6%.

Entre todos, o maior empecilho ao trabalho feminino atualmente são os filhos. Durante o colonato a mãe podia levá-los com ela na roça, possuindo inclusive um certo grau de liberdade quanto ao tempo em que se dedi-

cava à lavoura, fosse do café, fosse de cereais. Quando o trabalho do assalariado residente é contratado por produção, a participação da mulher se efetua nos mesmos termos do passado. Contudo, quando trabalha por diária ela deve se sujeitar à jornada de trabalho estabelecida. A verdade é que, no caso da mulher volante, os empecilhos são ainda maiores. Em primeiro lugar, mesmo que trabalhe por produção, são evidentes as dificuldades de levar as crianças, inclusive freqüentemente rejeitadas pelo "turmeiro", que receia acidentes durante a viagem de caminhão. Em segundo lugar, ela sempre estaria sujeita à jornada de trabalho, pois que a distância não lhe permitiria voltar para casa a não ser com o restante da "turma". Em terceiro lugar, mesmo que os filhos não sejam problema, quer por estarem crescidos, quer por ter com quem deixá-los, há todo o serviço doméstico a ser realizado, o que exige da esposa e mãe dupla jornada de trabalho. Ela deve acordar mais cedo do que o restante da família para preparar o almoço que será levado para a roça e, quando voltar, ainda terá que realizar todas as tarefas que deixaram de ser efetuadas em sua casa durante o dia.

Desse modo fica claro que a possibilidade da mulher trabalhar fora de casa depende basicamente do ciclo da vida familiar. Enquanto os filhos exigirem os cuidados constantes da mãe, impedindo-a de vender sua força de trabalho, são piores as condições de vida. De um lado, porque o homem terá que arcar sozinho com o custo de reprodução da sua força de trabalho e a da sua família, o que implica redução do consumo que, neste caso, limita-se à compra das mercadorias essenciais, significando basicamente a compra de arroz e algum outro produto alimentar, cuja escassez na mesa do trabalhador é, neste caso, flagrante. De outro lado, é evidente que, quanto maior for o número de filhos, maior será o tempo em que a mulher ficará subtraída ao trabalho produtivo, e também será maior o número de bocas a sustentar. Mesmo durante o colonato havia uma etapa do ciclo vital em que eram mais difíceis as condições da existência. Contudo, o proletário rural encontra maiores obstáculos para superar esta etapa, devido às limitações ao trabalho feminino e infantil, além do que, inversamente ao que ocorria no passado, a gravidez tornou-se impedimento a um trabalho que exige maior disciplina e maior esforço físico.

Nesse sentido, o ciclo vital impõe sérias restrições à escolha entre morar na fazenda ou na cidade. Para o assalariado residente importa a estabilidade e regularidade do trabalho masculino, além de nesse caso serem mais brandas as limitações ao trabalho da mulher. Inicialmente há que considerar as diferenças entre trabalho regular e trabalho eventual, sendo que neste último a mulher, em geral, trabalha como membro não remunerado da família, ajudando o marido na "empreita" e mais freqüentemente durante a colheita do que nas outras fases do processo produtivo agrícola. Uma vez que no trabalho contratado por produção o trabalho feminino pode ser realizado nos mesmos moldes do colonato, a moradora da fazenda pode se dedicar mais facilmente a ele do que a, volante, como ficou evidenciado atrás. De fato, de todas as entrevistadas que moravam na cidade à época da pes-

quise, apenas uma trabalhava eventualmente, enquanto que na fazenda era mais freqüente o trabalho feminino eventual.

Por outro lado, há diferenças significativas no mercado de trabalho para a mulher se moradora na fazenda ou na cidade. Se residir na zona rural as oportunidades de emprego limitam-se à agricultura, excetuando-se os poucos casos em que ela pode se empregar como doméstica. Na cidade, ao contrário, são mais freqüentes as empregadas domésticas, o que implica uma jornada de trabalho menor: não só nenhuma dorme no emprego, mas também o local de trabalho é relativamente próximo do local da moradia, o que, no caso da mulher que habita na zona urbana, é extremamente relevante, pois que proporciona maior tempo a ser dedicado às tarefas em sua própria casa. Há ainda a possibilidade de lavar roupa para fora, situação em que a mulher normalmente trabalha em seu próprio domicílio, levando e trazendo as roupas dos clientes. Entretanto, além do emprego como doméstica, é muito restrito o mercado do trabalho para a mulher numa cidade com o setor urbano pouco desenvolvido como Guaranésia. De fato, o setor de serviços resume-se praticamente ao comércio varejista que emprega uma média de 1,4 pessoas por estabelecimentos, segundo o Censo de Serviços de 1970, supondo-se, portanto, que se constitua de pequenos estabelecimentos cuja exploração baseia-se na força de trabalho familiar. Quanto ao setor industrial, os 29 estabelecimentos consignados no Censo Industrial de 1970 empregavam apenas 248 pessoas, das quais 210 operários.

De qualquer modo, embora a mulher normalmente tenha um salário maior na roça do que no setor urbano, é nítida a sua preferência por serviços considerados mais "leves", como o de doméstica, por exemplo. Contudo, mesmo assim, quando trabalha fora de casa, as contribuições dos ganhos da mulher para o orçamento doméstico são, em Guaranésia, geralmente inferiores aos do marido. De fato, aqui a mulher que trabalha na roça recebe um salário cerca de 10% inferior ao do homem. Na maioria dos casos não se contesta a inferioridade do trabalho feminino numa situação em que ele depende da força física, pois que a razão mais freqüentemente apontada é que "a mulher é a parte mais fraca", ou então "a mulher não pode fazer o mesmo tanto que o homem, não carrega sacaria" (assalariado residente, 25 anos). Todavia, há os que percebem que, quando se trata de trabalho com enxada ou de colheita ela pode produzir tanto quanto o homem, percebendo neste momento a exploração a que estão sujeitas:

"Tem mulher que ganha menos que o homem, mas lá na roça isso é ladroagem do patrão, porque tem mulher que faz o mesmo que um homem" (casal de volantes, 24 e 23 anos).

Ou então:

"Mulher só ganha menos porque tem nome de mulher. Negócio de carpir a mulher faz a mesma coisa que o homem" (casal de volantes, 50 e 60 anos).

Contudo, a individualização da força de trabalho feminina não chegou a transformar o padrão ideal de divisão sexual do trabalho dentro da família, que é semelhante ao que existia durante o colonato. A verdade é

que embora assim que os filhos deixem de constituir empecilho, a mulher freqüentemente se engaje na força de trabalho, ela tende a ser substituída por eles na hora em que conseguem realizar, na roça, o mesmo trabalho que a mãe (Oliveira, 1978). Assim, no momento em que a contribuição para o orçamento doméstico deixar de se basear exclusivamente no trabalho da esposa, ela assume primordialmente o papel que lhe é imposto pela sociedade, ou seja, produzir, com seu trabalho não remunerado, os valores de uso que viabilizam a reprodução da força de trabalho a custos mais baixos para o capital.

Um dos obstáculos para a superação da etapa do ciclo vital em que a mulher tem que simultaneamente vender sua força de trabalho e realizar as tarefas domésticas, é que a substituição do trabalho da mãe pelo do filho sofreu modificações sensíveis com as transformações das relações de produção. As crianças começam a trabalhar mais tarde, seja devido ao impedimento legal, que estabelece o limite mínimo de ingresso na força de trabalho aos 14 anos, seja devido à atual valorização do estudo que impede o trabalho agrícola infantil volante e limita o do assalariado residente. De fato, o local de residência urbano ou rural exerce influência na inserção da criança na força de trabalho. Dentre os moradores de Guaranésia são muito raros os casos de crianças trabalharem antes dos 14 anos. Quanto aos que residem numa das fazendas, é necessário tratar os que estão totalmente engajados no mercado de trabalho isoladamente daqueles que só vendem sua força de trabalho esporadicamente ao capital. Embora haja famílias em que as crianças trabalham aos 10 anos de idade, a tendência é empregar-se regularmente apenas a partir dos 14. Contudo, ao inverso do que ocorre para os que moram em Guaranésia, na fazenda o filho pode auxiliar ao pai, como membro não remunerado da família, quando o trabalho é contratado por produção, mas mesmo neste caso respeitam-se o período letivo e o horário escolar.

Desse modo, o grau de individualização do trabalho infantil sofre variação. Em relação aos assalariados residentes, o salário dos filhos solteiros vem computado na folha de pagamento do chefe da família, mesmo que seja empregado efetivo da fazenda e que tenha sido contratado isoladamente do grupo doméstico, recebendo portanto uma remuneração previamente fixada. Por outro lado, a criança volante trabalha individualmente e também recebe individualmente o seu salário, mas em geral entrega-o ao pai.

Na medida em que a família se constitui em unidade de cooperação, exige-se do filho solteiro que contribua para o orçamento doméstico. De um lado, se morar com os pais, a necessidade do seu trabalho não é contestada, uma vez que é essencial para a sua sobrevivência e à do grupo doméstico como um todo: deve pagar pelo que consome. De outro, mesmo que tenha migrado, enquanto não casar deve enviar parte do seu salário para o grupo de origem, sendo este fato encarado como uma espécie de pagamento pelos gastos e pelo trabalho dos pais para criá-los:

"Se o filho não ajudar é porque o pai é um palhaço, quando pequeno só deu prejuízo" (casal de volantes, 24 e 22 anos).

"Deve ajudar porque os pais sofreram para criar ele" (casal de volantes, 21 e 23 anos).

Após o casamento, no entanto, está dispensado de prestar qualquer auxílio, pois que tem sua própria família para sustentar.

Embora este seja o padrão ideal, com a individualização da força de trabalho "esta cooperação foi seriamente ameaçada, particularmente no que concerne aos laços intergeracionais" (Martinez-Allier, 1975, p. 75). No momento em que a família deixa de constituir unidade de produção para a subsistência, a autoridade paterna perde sua razão de ser, mas permanecem os ideais do passado. Daí, as freqüentes queixas em relação aos filhos, pois

"os rapazes de hoje não querem mais saber de ajudar os pais, ficam andando pelo mundo" (volante, sexo feminino, 24 anos).

Por outro lado, agora a migração dos filhos solteiros é encarada com naturalidade, inclusive devido à consciência dos obstáculos à mobilidade social numa cidade com tão poucas oportunidades de estudo e de trabalho fora da agricultura como Guaranésia.

Assim foi que as transformações nas relações de produção alteraram as estratégias de sobrevivência familiares. Durante o colonato, o trabalho era fundamentalmente útil, produtor de valor de uso, e enquanto atividade costumaz era condição primordial da fartura (Martins, 1974, p. 127). Com a expropriação da roça de subsistência o trabalho passa à condição de social e abstrato, não podendo ser acumulado ao longo do tempo, pois que o indivíduo não produz para si mesmo. Mesmo com o estabelecimento de relações de produção assalariadas puras, o trabalho de todos os membros é essencial para a sobrevivência do grupo doméstico como um todo, porém no momento em que está subordinado diretamente ao capital exige-se dele uma disciplina que inexistia no colonato, o que dificulta a integração de certas categorias no mercado de trabalho, especialmente da mulher, enquanto mãe, e dos seus filhos. De qualquer modo, a intensificação do trabalho no presente não conduz à fartura, e não chega a reduzir a carestia. . .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOLLOWAY, Thomas. Condições na economia cafeeira de São Paulo — 1885 — 1915 — uma análise preliminar. *Estudos Econômicos*, 2 (6) dez. 1922.
- IANNI, Otavio. A classe operária vai ao campo. *Caderno CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense (14) 1976.
- MARTINEZ-ALLIER, Verena. As mulheres de caminhão de turma. *Debate e Crítica* (5) mar. 1975.
- MARTINS, José de Souza. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. *Debate e Crítica* (2) jan./jun. 1974.
- MEILLASSOUX, Claude. *Femmes, premiers e capitaux*. Maspero, Paris, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens — notas sobre a reprodução do capital. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense (14) abr./jun. 1976.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. A individualização da força de trabalho feminino em Pederneiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, I. *Anais* . . . Campos do Jordão, 1978.
- SAFFIOTTI, Heleieth. Mulher, modo de produção e formação social. *Contexto* (4) nov. 1977.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul I. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In: _____ *Economia política do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- STEIN, Leila. O trabalho volante — indicações para caracterização e debate. *Contraponto* (1) nov. 1976.